



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



Fundo das Nações Unidas para a População

INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE

Dezembro 2023





Coordenação

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Eliza Mónica Ana Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

Bérangère Boëll, Representante

Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

Comitê técnico inter-institucional

Instituto Nacional de Estatística

Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)

Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais

Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE

Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)

Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)

Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)

Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

Elaboração do relatório

Ministério da Economia e Finanças

Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento

Departamento de Análise Económica e Estatística

Coordenação

Enilde Sarmento e Ângelo Nhalidade

Autores

Constantino Marrengula (UEM)

Ângelo de Arcanjos M. Ferreira (MEF)

Elísio Nhantumbo (MEF)

José Cardoso (MEF)

Contribuição

Leta Castro (Banco de Moçambique)

Finório Castigo (MEF)

Eva Maria Egger (UNU – WIDER)

Maquetização

Danubio Mondlane

ACRÔNIMOS

EDSF – Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro

AMB – Associação Moçambique de Bancos

TCBI – Transações Compensadas em Base Imediata

RISDP – Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral - Southern Africa Development Community

BNU – Banco Nacional Ultramarino

ISSM – Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique

INCM – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique

IIF - Inclusão Financeira em Moçambique

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

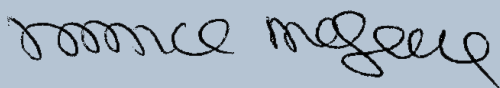
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magau

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE

Acrónimos	ii
Prefácio	iii
1. SUMÁRIO	1
2. INTRODUÇÃO	2
1.1. Objectivos do Estudo	2
1.2.1 Objectivo Geral.....	2
1.2.2 Objectivos Específicos	2
1.2. Problematização	2
1.3. Justificação	3
1.4. Metodologia	3
2.2 O Sistema Financeiro e o Desafio de Inclusão Financeira: Algumas Questões Teóricas e Empíricas	4
2.3 Processo de Inclusão Financeira na Região da SADC.....	6
3. INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE	9
3.1. Evolução do Sistema Financeiro em Moçambique.....	9
3.2. Evolução da Inclusão Financeira em Moçambique	11
3.2.1 Principais Instrumentos de Política	11
3.2.2. Avaliação dos indicadores de inclusão financeira	13
3.2.3 Determinantes da Inclusão Financeira em Moçambique	16
4. CONCLUSÕES	18
5. REFÊRENCIAS	20

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Crescimento da Economia	12
Gráfico 2: Peso da Contribuição dos Sectores no PIB 2012 - 2020	12
Gráfico 3: Crédito Bancário para Sectores de Actividade	13
Gráfico 4: Taxa de Penetração Móvel	15

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional Antes da ENIF.....	10
Quadro 2: Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras em Moçambique em 2020.....	11
Quadro 3: Uso de Conta Bancárias por Sexo e Área de Residência (%).....	13
Quadro 4: Percentagem de pessoas com acesso a conta bancária, por tipo de profissão	14
Quadro 5: Percentagem de pessoas com conta bancária por província.....	14
Quadro 6: Percentagem de pessoas com 7 anos ou mais de idade, com acesso à Banca Móvel, por sexo e área de residência (rural e urbano)	15
Quadro 7: Percentagem de Pessoas com Acesso às Tecnologia de Informação	15
Quadro 8: Percentagem de pessoas com acesso a conta M-pesa, Mkesh, por tipo de profissão.....	16
Quadro 9: Dados da Regressão Probit	17

1. SUMÁRIO

Usando a base de dados do Recenseamento Geral de população e Habitação de 2017, o estudo analisa diferentes dimensões da inclusão financeira em Moçambique. O trabalho baseou-se na revisão de literatura e análise estatística. Com recurso ao pacote estatístico STATA, extraíram-se os principais indicadores de inclusão financeira e estimou-se um modelo probit que identifica os seus principais determinantes.

De 2005 a 2019, o nível de inclusão financeira em Moçambique (IIF) aumentou em 56,1%, mas ainda prevalecem desafios ao nível do acesso no meio urbano e rural e entre os grupos sociais mais vulneráveis, jovens, mulheres, trabalhadores por conta própria. De acordo com o Censo de 2017, apenas 9,2% da população moçambicana com idade de 7 anos ou mais é que possuía conta bancária sendo na sua maioria homens com 12,2%. Apenas 6,6% das mulheres possuem uma conta bancária. A maior parte desta população vive nas zonas urbanas com maior nível de concentração de serviços e infraestruturas. Nas zonas urbanas, cerca de 20,7% da população com idade de 7 anos ou mais possui conta bancária. Os homens constituem a maioria dos detentores de contas bancárias, (26,1%), contra 15,8% de mulheres.

As zonas rurais apesar de concentrarem a maior parte da população moçambicana são as menos privilegiadas em termos de acesso à serviços bancários. Do total da população rural, apenas 3,2% possui uma conta bancária, contra cerca de 21% nas zonas urbanas, destacando-se os homens (4,7%) e as mulheres (1,9%).

Os resultados do modelo Probit estimado indicam que a posse de emprego formal, a residência em Maputo e o nível de educação do chefe do agregado familiar explicam, significativamente, a probabilidade de se ter uma conta bancária ou móvel.

Palavras Chave: Inclusão financeira, grupos vulneráveis, sistema financeiro moçambicano.

2. INTRODUÇÃO

Uma das premissas do desenvolvimento inclusivo é a participação do cidadão na economia e nos processos de tomada de decisão. Para o alcance deste objectivo, a inclusão financeira mostra-se um instrumento importante.

Uma definição mais abrangente de inclusão financeira é dada por Sanderson et al (2018), segundo a qual, a inclusão financeira é o processo de conduzir os fracos e vulneráveis da sociedade para o interior de um sistema financeiro mais estruturado e organizado, que os permita aceder à vários serviços e produtos financeiros de forma acessível e confortável. De forma mais simplificada, Olaniyi & Adeoye (2016) definem a inclusão financeira como uma situação em que um pacote de serviços financeiros abrange uma parte significativa da população.

O acesso à serviços financeiros em Moçambique não é abrangente, apenas 40% da população tem acesso à um serviço financeiro formal ou informal. Este é muito diferenciado em termos geográficos, demográficos e de género, havendo para além destes, outros determinantes que explicam a inclusão ou exclusão das pessoas do sistema financeiro.

A expansão crescente dos serviços de telefonia móvel e a introdução por estas de serviços financeiros eletrónicos tais como mKesh (TMcel), M – Pesa (Vodacom) e E-Mola (Movitel) criou novas dinâmicas no mercado financeiro, alargando a sua penetração no meio rural, onde a presença física dos bancos é reduzida.

Este estudo, baseado nos dados do Censo de População de 2017, descreve a situação do acesso aos serviços financeiros no país, seus desafios e constrangimentos.

O estudo estrutura-se da seguinte forma: na secção 1, depois desta introdução, estabelecem-se algumas premissas da inclusão financeira e a sua conceptualização. A seguir, na secção 2, apresentam-se os resultados da revisão da literatura relevante sobre intermediação financeira, seu papel e implicações na inclusão e/ou exclusão financeira. A secção 3 aborda os métodos e procedimentos seguidos no estudo, para depois na secção 4 discutir a situação da inclusão financeira em Moçambique, tendo em conta os resultados do censo de 2017. A terminar na secção 5, o estudo apresenta as principais conclusões e recomendações.

1.1. Objectivos do Estudo

1.2.1 Objectivo Geral

O estudo tem como objectivo descrever a situação da inclusão financeira em Moçambique com base nos dados do Censo de 2017.

1.2.2 Objectivos Específicos

Para responder ao objectivo geral do presente estudo, foram definidos os seguintes objectivos específicos:

- Explicar o nível de penetração e acessibilidade dos serviços financeiros, em particular dos grupos mais vulneráveis, jovens, mulheres, idosos e população rural;
- Analisar os determinantes da inclusão financeira em Moçambique; e
- Sugerir alternativas de política para acelerar a inclusão financeira dos grupos sociais mais vulneráveis

1.2. Problemática

As medidas de liberalização financeira adoptadas na primeira metade dos anos 90 tinham por objectivo melhorar a alocação de recursos na economia, estimular o financiamento de projectos de elevada produtividade, com efeitos no crescimento e na maximização do bem-estar da sociedade. Com inspiração no modelo de Macknon-Shaw, a crença dominante na altura era que o crescimento, sustentado por um sistema financeiro robusto, em ambientes liberalizados, com taxas de juro reais positivas, era bom para o crescimento e para os grupos sociais que se encontram na base da estrutura de rendimentos e mais vulneráveis. Em Moçambique, com apoio do Governo, o investimento no sector financeiro aumentou. O número de bancos passou de cerca de três em 1994 para 16, incluindo 13 microbancos em 2020. Como consequência da implementação de diversos programas públicos especificamente direccionados para as camadas mais vulneráveis da sociedade, o número de operadores de microcrédito acelerou a partir da segunda metade da década 2000, situando-se actualmente em mais de 300.

Em teoria, o crescimento do tamanho do sistema financeiro traduz-se em aprofundamento financeiro, mas não é claro como o mesmo afecta o crescimento económico e as famílias mais pobres. Um sistema financeiro liberalizado e robusto tende a operar dentro de condições selectivas, favorecendo projectos de investimento produtivos, o que pode afectar positivamente o crescimento económico e gerar efeitos a jusante da economia. Ao mesmo tempo, a liberalização e o aprofundamento financeiro podem coincidir com adopção de critérios de acesso à fundos emprestáveis que afastam potenciais mutuários com projectos socialmente úteis, prejudicando assim, o crescimento de base alargada e as possibilidades de inclusão financeira.

Quando as Autoridades Públicas em Moçambique abraçaram os diversos programas globais de inclusão financeira, lançando a estratégia nacional de bancarização em 2007 e a estratégia de finanças rurais em 2011, implicitamente, reconheciam que o aprofundamento financeiro verificado desde a introdução do Programa de Reabilitação económica em 1987 não tinha contribuído para um crescimento económico de base alargada. Não se tinha atingido a base da pirâmide de rendimentos, permanecendo importantes faixas da população e de pequenas e médias empresas excluídos do sistema financeiro formal. Na sequência disso, novas iniciativas foram lançadas, incluindo a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSFM) 2013-2022, de 2013, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, com objectivo de melhorar o acesso aos serviços financeiros e melhorar os índices de inclusão financeira. Como este conjunto de estratégias impactaram o seu grupo alvo é uma questão empírica. Quem se encontra tirando vantagens dos progressos realizados até ao momento no sistema financeiro? Qual é o perfil dos que se encontram excluídos ou incluídos no actual sistema financeiro? O que determina o acesso aos serviços disponíveis no sistema financeiro? Como é que as actuais condições do sistema financeiro favorecem ou prejudicam os grupos sociais mais vulneráveis, com destaque para os jovens, as mulheres, os idosos, as populações rurais? Este estudo procura contribuir para o encontro de respostas para estas perguntas, usando a base de dados do Censo da população de 2017.

1.3. Justificação

O que torna este estudo relevante é o facto de o mesmo abordar um tema da actualidade, a inclusão financeira. Assumindo que a inclusão financeira é um mecanismo através do qual os grupos mais vulneráveis da população encontram espaço para participar na economia (formal e informal), de forma específica no sistema financeiro onde os serviços e produtos oferecidos têm o potencial de promover o desenvolvimento individual e colectivo, então as conclusões e recomendações deste estudo constituirão um contributo para o fortalecimento das políticas públicas viradas para o desenvolvimento inclusivo, combate à pobreza, redução de desigualdade no país.

O Estudo tem a particularidade de explorar a dimensão de inclusão financeira na base de dados do censo de 2017. Isto vai permitir entender quão informativa é a estatística recolhida no âmbito deste censo e como a mesma pode alimentar o desenho de políticas macrofinanceiras com impacto nos grupos sociais mais vulneráveis.

1.4. Metodologia

O Estudo recorreu a revisão bibliográfica para a clarificação do escopo e das questões analíticas relevantes no debate sobre inclusão financeira. A componente quantitativa do estudo teve duas etapas. Na primeira etapa, com recurso à base de dados do Censo de 2017 fez-se a análise estatística das variáveis de inclusão financeira devidamente seleccionadas, como características de emprego, de acesso à rendimentos, de área de residência, de género e distribuição demográfica das famílias com acesso à serviços financeiros.

Na segunda etapa, estimou-se um modelo PROBIT, com recurso ao pacote STATA para encontrar as variáveis que significativamente se associam com a probabilidade de se estar incluindo financeiramente. Para a análise dos dados, utilizou-se o modelo de regressão Probit pelo facto de a informação contida no Censo de 2017 apenas possuir variáveis binárias, “tem conta bancária e banca móvel”, levando o valor 1 para o caso de terem e 2 caso contrário.

De salientar que as informações contidas no Censo 2017 sobre a inclusão financeira estão ligadas basicamente às questões do acesso às contas. E não foi possível aferir

diferenciações com outros Censos anteriores, visto que o Censo de 2017 é o primeiro que procurou espelhar as questões de inclusão financeira.

2.2 O Sistema Financeiro e o Desafio de Inclusão Financeira: Algumas Questões Teóricas e Empíricas

Dentre outras funções, o sistema financeiro é um meio que tem como principal função canalizar recursos financeiros de agentes superavitários, que gastam menos do seu rendimento, para agentes deficitários, cujas despesas de consumo ou investimento superam o rendimento de que dispõem.

O sistema financeiro, por via das suas instituições, promove a eficiência económica, tratando de dois tipos de fragilidades prevalentes nas economias pré-capitalistas. O primeiro tipo de fragilidade é da escala dos aforadores e dos investidores. Pequenos aforadores com poupanças deixam de precisar de encontrar investidores da sua dimensão para rentabilizar as suas poupanças com segurança, transferindo os custos de transformação de poupanças em créditos para as instituições financeiras, devidamente, autorizadas e com vantagens associadas à sua especialização.

O segundo tipo de fragilidades que encontram melhor resposta nos sistemas financeiros modernos associam-se a noção da assimetria de informação, amplamente, discutidos por Stiglitz e outros economistas em diferentes artigos que discutem a economia da informação e seus efeitos na economia (Stiglitz e Weiss, 1981). Teoricamente, há diferenças na qualidade e na quantidade da informação detida pelas partes com interesse em envolver-se em transações financeiras. Antes da troca, o detentor de fundos emprestáveis não tem conhecimento integral dos potenciais demandantes dos seus fundos. Enfrenta o clássico problema da informação escondida. Em defesa do seu património, estes têm incentivos em estabelecer critérios de acesso, incluindo tectos de taxas de juros, garantias, etc, com probabilidade de atrair maus clientes e expulsar aqueles com propostas rentáveis, mas que não se encontram dispostos e não descortinam razão para suportar os custos impostos. Na tentativa de proteger o seu património, os detentores de fundos emprestáveis produzem, como efeito colateral, a selecção adversa: expulsaram o bom e atraíram o mal.

Uma vez realizada a troca, o tomador do empréstimo pode agir de forma oportunista e tomar decisões que

periguem a devolução dos fundos emprestados. Os custos de procura de informação sobre os tomadores de empréstimos antes da transação e de monitoria do comportamento do seu comportamento tendem a ser altos, o que gera comportamentos que resultam no chamado risco moral. Tendo em vista maximizar o seu próprio bem-estar, os tomadores de empréstimos podem considerar compensador, do ponto de vista individual, desviar-se da agenda acordada com os fornecedores de crédito, considerando que para estes será sempre caro monitorá-los. Tanto a selecção adversa como o risco moral levam a economia a níveis de oferta de poupança e investimento abaixo do que seria socialmente desejável. Num mundo em que ambos os fenómenos prevalecem, maior é a exclusão financeira.

As instituições financeiras, na sua forma moderna, não eliminam os problemas associados à selecção adversa e ao risco moral, minimizam-nos, com recurso à regulamentação diversa sobre acesso à fundos emprestáveis e à sua transformação em créditos. O quadro regulamentar é definido pelo Banco Central e pelas próprias instituições, tomando em conta a natureza específica das suas actividades. Nele especificam-se normas e procedimentos para a mobilização de fundos emprestáveis e as condições dentro das quais estes fundos podem ser transformados em créditos. Introduzem-se normas sobre o capital social, a realização de provisões para perdas, precificação de produtos financeiros, garantias a constituir as taxas de juro associadas. Procura-se com isso, minimizar a probabilidade de default e o desencadeamento de riscos sistémicos com prejuízos graves sobre a economia como um todo.

A montante e a jusante, estas normas seleccionam os potenciais clientes, excluindo outros. A selecção assegura a saúde do sistema financeiro e permite que só os projectos mais atractivos na perspectiva dos critérios estabelecidos pelas instituições financeiras sejam financiados, mas tem custos. Deixa a margem do processo de desenvolvimento massas enormes da população, que não são necessárias maus clientes, mas

acabam sendo vítimas das tentativas das instituições financeiras se protegerem contra os problemas da informação e da acção escondidas (Stiglitz e Weiss 1981).

O debate sobre a inclusão financeira nasce dentro deste contexto teórico, em que as condições de acesso aos serviços financeiros são determinadas pela necessidades de viabilização da oferta e redução de riscos sistemáticos, numa economia cada vez mais integrada financeiramente. Com efeito, a exclusão e/ou inclusão financeira são um sub-produto disso.

Sanderson et al (2018) define a inclusão financeira em termos gerais como o processo de conduzir os fracos e vulneráveis da sociedade para o interior de um sistema financeiro mais estruturado e organizado, que os permita aceder à vários produtos financeiros tais como crédito e outros serviços de forma acessível.

Kempson e Atkison, 2004 no seu estudo sobre a resposta política à exclusão financeira nas economias desenvolvidas indicam que existem grupos populacionais mais vulneráveis à exclusão financeira que os outros. Apontam para as pessoas com baixos rendimentos, sobretudo, os desempregados e os que vivem de subsídios estatais. A esta lista de pessoas, potencialmente, em risco de exclusão financeira acrescentam-se as pessoas com um mau histórico de crédito e descoberto bancários, o que pode resultar no encerramento da conta.

Kempson e Atkison, 2004, destaca, ainda, que os jovens e idosos têm maiores probabilidades de serem excluídos que os adultos no geral, assim como os residentes das áreas rurais têm maior probabilidade de serem excluídos que os residentes das zonas urbanas.

As barreiras ao acesso e uso de serviços financeiros formais, a inexistência de infraestruturas em zonas rurais, os níveis elevados de analfabetismo, as distâncias para que as pessoas residentes em áreas remotas tenham acesso aos bancos e a exigência de documentos para aceder aos serviços, aumentam os níveis de incertezas e, conseqüentemente, os custos dos bancos fornecerem serviços financeiros às populações vulneráveis.

Um outro estudo sobre inclusão financeira realizado por Siddik et al (2015) em Bangladesh, usando um índice multidimensional de inclusão financeira concluiu que a população, o tamanho do agregado familiar e a taxa de alfabetização são as variáveis mais importantes no conjunto das variáveis socio demográficas relevante

para o acesso à serviços financeiros.

A disponibilidade dos serviços está associada aos custos das instituições financeiras enquanto o uso está ligado ao rendimento das famílias. Se os custos dos serviços financeiros forem elevados as famílias não usam os serviços (Claessens, 2006 & Banco Mundial, 2004).

O aparecimento e rápido desenvolvimento, nos últimos tempos, da tecnologia self-service (TSS) na qual o consumidor produz seus serviços sem um relacionamento directo com o provedor dos serviços mudou radicalmente a relação entre as instituições financeiras e os seus clientes, com implicações sobre os padrões de inclusão financeira. A TSS permitiu a criação de caixas automáticas multibanco (ATM's), home banking, mobile banking e banca telefónica, minimizando a necessidade de investimento em infra-estruturas físicas e abrindo a possibilidade de alargar o acesso ao sistema financeiro ao mínimo custo e risco para os provedores dos serviços e para os seus clientes..

Em 2007, a Vodafone criou o M-Pesa que permite a transferência, depósito, acesso à microcrédito pelos clientes entre outros serviços de utilidade. A criação do M-Pesa permitiu maior inclusão financeira e acesso aos serviços financeiros em locais onde os bancos não são acessíveis.

No mercado moçambicano, lançou-se o serviço Mobile Money no final de 2011 pela Mcel com o serviço denominado M-Kesh. Em 2013, a Vodacom introduziu o M-Pesa e mais tarde, em 2017, a Movitel lançou o e-Mola, permitindo a inclusão financeira de uma parte substancial de moçambicanos, anteriormente, excluídos do sistema financeiro.

Estas mudanças tiveram implicações na forma como se operacionaliza a ideia de inclusão financeira. Enquanto para autores como Wilson, 2012, ser incluído financeiramente podia ser materialmente definido como a posse de conta bancária e a capacidade de obter outros serviços financeiros, outros medem a inclusão financeira na perspectiva de uso efectivo dos serviços financeiros, tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida (BCB, 2011)

Karpowicz (2014) resume o debate, definindo a inclusão financeira em três dimensões: (i) O acesso que tem a ver com a oferta de serviços financeiros a uma determinada classe ou grupo; (ii) O uso, associado à realização de uma função específica, e (iii) A qualidade, relativa à

eficiência e à adequação de um serviço às necessidades do beneficiário de um produto financeiro.

Akudugu (2013), numa outra dimensão, aponta para um conjunto de desafios que se colocam à inclusão financeira. Segundo este autor, o mercado financeiro informal não favorece os seus utentes por causa da falta de capacidade e existência de recursos de base limitados. Por sua vez, o mercado formal é afectado pelas normas e regulamentos que orientam as suas operações, os quais levam à exclusão dos marginalizados.

A percepção que até agora se tinha é de que o lado da oferta é o principal responsável pela exclusão financeira. Concordando parcialmente com Karpowicz (2014), Akudugu (2013) e outros autores que exploram mais as barreiras do lado da oferta, de Keller & Jentsch (2011) e Tita e Aziakpono (2017), entendem que a exclusão

financeira pode ser voluntária ou involuntária. Para os autores, razões religiosas, culturais e a falta de interesse pelos serviços financeiros podem determinar que o indivíduo se auto exclua da sua utilização. Por outro lado, a falta de confiança no sistema financeiro, a falta de capacidade, produtos financeiros inadequados e a incapacidade de cumprir com os critérios de elegibilidade podem determinar a exclusão do indivíduo no sistema financeiro.

Em Moçambique, a Estratégia de Inclusão Financeira, aprovada em 2016, define a inclusão financeira como processo de conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros, fornecidos por instituições reguladas, por toda a população moçambicana, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar social.

2.3 Processo de Inclusão Financeira na Região da SADC

O acesso a serviços financeiros é extremamente limitado em várias partes do mundo. Na África Sub-sahariana apenas um em cada cinco agregados familiares tem uma conta bancária (Batista e Vicente, 2017). Os autores apontam para o aumento dos utilizadores do telemóvel que já excede meio bilião de subscritores, como uma oportunidade para a expansão do acesso aos serviços financeiros.

Theobald e Zawart (2018) elaborando sobre as tendências macroeconómicas mais recentes de África indicam que a região da África Austral é uma região muito diferenciada. Encontram-se na região países de rendimento per capita alto (Botswana, Maurícias e Seychelles) e países com baixo rendimento per capita (Comores, Madagáscar, Malawi e Moçambique). Para além das diferenças em termos económicos e populacionais (África do Sul, Moçambique, Angola e Madagáscar são os países mais populosos), estes países partilham alguns desafios de desenvolvimento, nomeadamente a necessidade de diversificação das suas economias, o apoio ao empreendedorismo e o desenvolvimento do sector financeiro.

Por indicadores de produto, 70% dos adultos na região da SADC têm acesso à telemóveis, mas apenas 27% dos adultos usam dinheiro móvel. A Tanzânia, seguida do Zimbabwe, ocupam uma posição elevada, com 57% e 47%, respectivamente, em termos de adopção de dinheiro móvel.

Quanto ao indicador demográfico, os resultados mostraram que 70% dos homens adultos estão financeiramente incluídos e 67% das mulheres adultas estão financeiramente incluídas. Por área de residência, apenas 27% dos adultos nas zonas

Na região da SADC, 68% (cerca de 98 milhões de pessoas) de adultos estão financeiramente incluídos através do sector formal e informal (Finmark, 2014). Deste conjunto, 57% da população é servida pelo sector financeiro formal e 43% é servida pelo sector informal. Do total da população servida pelo sector formal, 35% tem acesso a um banco e 48% usa outros mecanismos financeiros formais, diferentes de banco. Na região, 32% da população não tem acesso à qualquer serviço financeiro. Os níveis gerais da inclusão financeira variam, consideravelmente, em toda a região desde 97% em Seychelles até 40% em Moçambique.

Analisando por tipo de serviços financeiros, nota-se que 60% da população da SADC usa os serviços financeiros para fazer poupanças, 40% faz empréstimos, 48% usa para fazer remittências. O uso do mobile money é feito por 30% da população. Por países, as Maurícias (85%) e a África do Sul (77%) lideram a bancarização ao nível da SADC, sendo a República Democrática do Congo o país menos bancarizado da região com apenas 12% da sua população bancarizada (Finmark, 2014).

rurais possuem uma conta bancária. No entanto os jovens maiores e menores de 35 anos 68% estão financeiramente incluídos, sendo 65% dos jovens de menos de 35 anos estão financeiramente incluídos, enquanto 72% dos jovens maiores de 35 anos estão incluídos financeiramente (Finmark, 2014).

Nota-se ainda um crescente nível de utilização dos serviços de remessas transfronteiriças na região (caixa de diálogo 1), sobretudo serviços associados a certos provedores de serviços. Pela sua flexibilidade e baixo custo, este serviço é mais usado por mulheres.

A aprovação pelo Conselho de Ministros da SADC em 2016, da Estratégia para a Inclusão Financeira (EIF) e acesso das Pequenas e Médias Empresas (PME) ao Financiamento, permitiu a melhoria dos meios de subsistência e o desenvolvimento pela Associação Bancária da SADC dum sistema de pagamento conhecido P2P (Pagamento a Pagamento) e da TCBI que permitem que as transferências de crédito transfronteiriças de baixo valor sejam compensadas por meio de um operador de compensação e liquidação regional designado (BankservAfrica), que realiza a compensação dessas transações (AMB, 2021).

Para a operacionalização da EIF foram aprovados o Plano de Implementação e o Mecanismo Institucional para o Tratamento de questões de Inclusão Financeira na SADC em Junho de 2018, na reunião de Ministros das Finanças em Joanesburgo, África do Sul.

A EIF da SADC e o acesso das PME ao financiamento estão alinhados com o RISDP, com a Estratégia de Industrialização e com o Roteiro da SADC. O objectivo principal do EIF é melhorar o acesso, a adopção e a utilização de serviços e produtos financeiros pelos consumidores e pelas pequenas e médias empresas na região da SADC. Para este efeito, ela encontra-se assente em torno de dois pilares estratégicos, nomeadamente: (i) O Pilar 1 - Digitalização com base em sistemas de pagamento sólidos; e o (ii) Pilar 2 - Construção de mercados de crédito

Caixa de diálogo 1: Remessas transfronteiriças

Por exemplo no Lesotho do total dos utilizadores deste serviço, 70% são mulheres. Quanto ao custo de transacção, as remessas transfronteiriças são mais baratas. O custo é 2% por transacção que é um dos mais baixos no mundo. O custo das remessas transfronteiriças de 200 dólares americanos foi reduzido em 3,6 pontos percentuais, de uma média de 13 por cento por transacção para cerca de 9,4 por cento no corredor entre a África do Sul e a Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zimbabwe. O produto Shoprite South Africa-Lesotho atingiu um valor consolidado de 1 bilhão de ZAR a ser transferido da África do Sul para o Lesotho no prazo de três anos após o seu lançamento. Dado o sucesso do produto de remessa para o Lesotho, está em curso um trabalho de replicação nos corredores de Eswatini, Malawi, Moçambique e Zimbabwe.

O produto Shoprite foi lançado em Eswatini em Janeiro de 2020. Foram introduzidos novos produtos entre a África do Sul e Malawi, Zâmbia, RDC e Zimbabwe. Estas iniciativas reduzirão ainda mais a média do custo das remessas transfronteiriças na região da SADC para um valor inferior à meta dos G20 de 5%.

A remessa de valores em canais formais o volume anual entre 2018 e 2019 registou um crescimento de 6,4 milhões para 8,0 milhões e quanto a poupança os dados demonstraram que 49% de adultos têm poupanças, formal ou informalmente sendo que 20% de adultos utilizam mecanismos/produtos de poupança formais. Dos 39% de adultos que utilizam créditos/empréstimos formais ou informais, 22% desses adultos utilizam produtos de crédito formais enquanto dos 26% de adultos que têm seguros, 19% são seguros formais (SADC, 2021).

A nível de SADC, os estados-membros desenvolveram as suas próprias estratégias de inclusão financeira nacional, destacando: Angola, Botswana, RDC, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Para melhorar os processos de inclusão financeira na SADC, está sendo aprimorada a utilização de dinheiro móvel no qual cria-se o pagamento de juros sobre carteiras de dinheiro móvel (caixa de diálogo 2), o que se espera que encoraje ainda mais a poupança formal na região.

Caixa de diálogo 2: Entre os países que decidiram pagar juros sobre as carteiras de dinheiro móvel inclui-se: Lesotho, Malawi Botswana, Zimbabwe e Eswatini. Existe ainda outros desafios como apoiar o desenvolvimento de materiais de educação financeira dirigidos às mulheres empresárias; promoção de produtos e serviços financeiros destinados às mulheres na região e expandir mais serviços financeiros para as zonas rurais, aumentando os níveis de penetração dos serviços moveis a esses locais (SADC, 2021).

3. INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE

3.1. Evolução do Sistema Financeiro em Moçambique

A actual configuração do sistema financeiro moçambicano resulta das medidas de liberalização e privatização iniciadas em 1987, com a introdução do Programa de Liberalização Económica (PRE). No seguimento da materialização dos objectivos deste programa, é introduzida a Lei 1/92 de 3 de Janeiro, que delimitava as funções do Banco de Moçambique (BM) como autoridade reguladora do sistema financeiro. A função comercial que este tinha assumido, com as reformas introduzidas no pós-independência, é reservada aos bancos comerciais que poderiam ser de natureza pública ou privada. Novos actores surgem, assim, no mercado financeiro, com destaque para o Banco Comercial de Moçambique S.A.R.L (BCM), com capitais maioritariamente públicos, integrando todas as operações comerciais então desenvolvidas pelo BM. Em 1995, nasce o Banco Internacional de Moçambique (BIM) que mais tarde adquiriu a totalidade dos activos do BCM. Em 1997, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), um dos dois bancos públicos então existentes é adquirido por investidores Malaio e Moçambicanos, passando a designar-se Banco Austral (actual ABSA). No mesmo ano, cria-se o Banco Comercial e de Investimento (BCI), como o quarto banco de capitais privados maioritariamente estrangeiros em Moçambique, depois do actual Millennium BIM, do Standard Bank, e do Actual ABSA.

Até 2010, os Bancos detinham quase todos os activos do sector financeiro em Moçambique. Os três maiores bancos com capitais maioritariamente estrangeiros (BIM, BCI e o SB – Standard Bank) respondiam por 85 por cento do total de activos do sector bancário (EDSF, 2013 – 2022).

Antes da aprovação da ENIF em 2016, além das instituições reguladoras, BM e ISSM, o sector financeiro nacional era constituído por: (i) instituições de crédito e sociedades financeiras (bancos, microbancos e cooperativas de crédito, etc); (ii) seguradoras; (iii) instituições da segurança social e entidades gestoras de fundos de pensões; e (iv) instituições do mercado de capitais. (ENIF, 2016). A maioria destas, eram operadores de microcrédito, 330(Quadro 1).



Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional Antes da ENIF

2015	
Instituições de crédito	
Bancos	18
Microbancos	11
Cooperativas de crédito	9
Instituições de moeda electrónica	2
Sociedades de investimento	2
Sociedades financeiras	
Sociedades de capital de risco	1
Sociedades administradoras de compras em grupo	1
Sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito	2
Casas de câmbio	15
Organizações de poupança e empréstimo	12
Operadores de microcrédito	330
Mercado segurador	
Seguradoras	18
Microseguradoras	1
Resseguradoras	1
Corretoras	59
Agentes sociedade comercial	10
Segurança social e fundos de pensões	
Segurança social básica	1
Segurança social obrigatória	2
Fundos de pensões	8
Sociedades gestoras de fundos de pensões	6
Mercado de capitais	
Bolsa de valores	1
Operadores de bolsa	9

Fonte: Banco de Moçambique

Os Dados de 2020, indicam que o sector financeiro actualmente é constituído por 65 instituições de crédito e sociedade financeiras (Quadro 2), destancado-se 16 bancos, 13 Microbancos, 12 Organizações de Poupança e Empréstimo, 10 Casas de Câmbio, 05 Cooperativas de crédito, 03 Instituições de moeda electrónica, 02 Sociedades Emitentes de Cartões de Crédito, 02 Sociedades de Investimento, 01 Sociedades Administrativas de Compras em Grupo e 01 Sociedades de Locação Financeira.

Quadro 2: Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras em Moçambique em 2020

Instituições de Crédito e Sociedades Financeira	Nº
Bancos	16
Instituições de moeda electrónica	3
Microbancos	13
Coperativas de crédito	5
Sociedades de Locação Financeira	1
Sociedades de Investimento	2
Sociedades Financeiras	0
Casas de Câmbio	10
Sociedades Financeiras de Correctagem	0
Sociedades Gestoras de Capital de Risco	0
Sociedades Administrativas de Compras em Grupo	1
Sociedades Emitentes de Cartões de Crédito	2
Operadores de Microfinanças	0
Organizações de Poupança e Emprestimo	12
Operadores de Microfinanças	0
Escritórios de Instituições	0
Escritórios de Representações de Instituições de Crédito com Sede no Estrangeiro	0

Fonte: Banco de Moçambique

3.2. Evolução da Inclusão Financeira em Moçambique

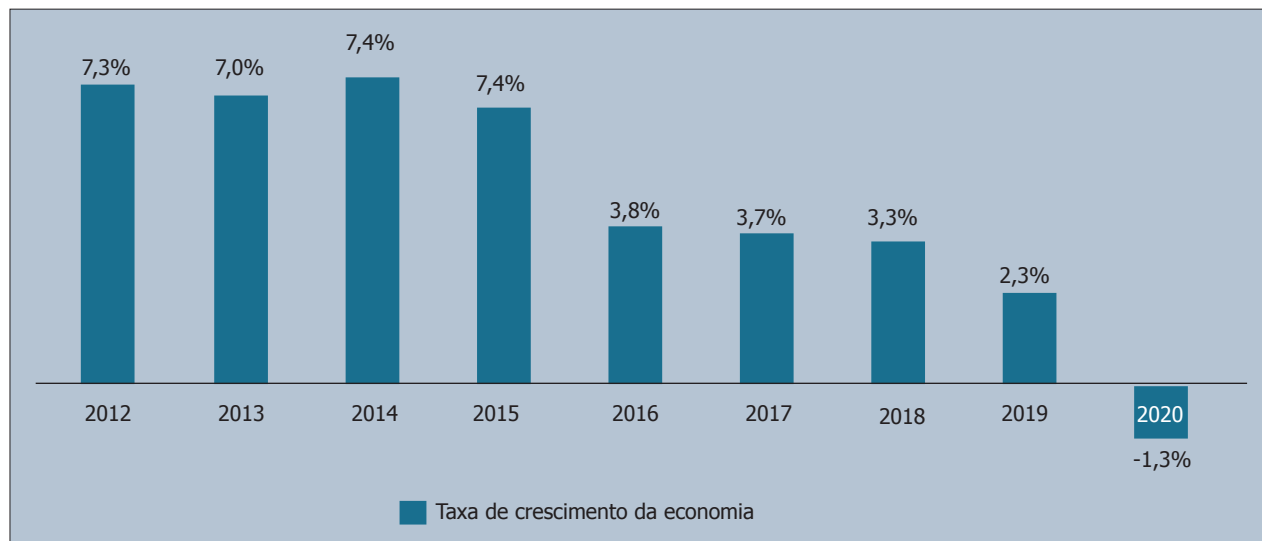
3.2.1 Principais Instrumentos de Política

Tendo em vista dinamizar a inclusão financeira, as autoridades públicas aprovaram os seguintes instrumentos de política : (i) a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR); (ii) a Estratégia de Bancarização da Economia de 2007 que tinha como o objectivo a expansão da actividade bancária e financeira nas áreas rurais, (iii) a Campanha Nacional de Promoção da Poupança (CNPP); (iv) a Estratégia de Finanças Rurais (EFRs) de 2011, com o objectivo geral de fortalecer a economia distrital através da promoção do aumento da poupança e crédito nacional e expandir os serviços financeiros a escala nacional, (v) a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSFM) 2013-2022, de 2013, com objectivo de melhorar o acesso aos serviços financeiros e apoio ao crescimento da inclusão financeira, (vi) a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, de 2016, instrumento em vigor, que fornece uma abordagem para a identificação de medidas de políticas e acções prioritárias, com vista a promover a construção de uma sociedade financeiramente incluída no País.

A promoção da inclusão financeira em Moçambique toma em consideração três áreas prioritárias: (i) a expansão dos pontos de acesso aos produtos e serviços financeiros pelo País inteiro, em particular para as áreas rurais e periurbanas, visando melhorar a proximidade e disponibilidade de uma gama de produtos e serviços financeiros adequados a toda a população e empresas; (ii) o incremento do número de utilizadores dos referidos serviços, principalmente por via do incentivo à abertura de novas contas bancárias e sua utilização efectiva, assim como a promoção da poupança financeira; e (iii) a melhoria dos níveis de conhecimento, capacidade e protecção do consumidor financeiro e da população em geral, no que respeita aos produtos e serviços financeiros, bem como o funcionamento das instituições financeiras (ENIF, 2016).

O ENIF de 2016 foi aprovado num contexto particularmente difícil da economia moçambicana. A taxa de crescimento da economia tinha caído de uma média de 7% entre-2010-2014, para uma média de 2.4% entre 2015-2020 (Figura 1). O volume de investimento privado estrangeiro declinou para menos de metade do pico de mais de perto de 3 biliões de USD verificado em 2013. Com a descoberta das dividas não declaradas, as Finanças Públicas passaram a enfrentar constrangimentos severos de liquidez, em ambiente de recorrentes desastres naturais e de terrorismo na região centro e norte de Cabo Delgado.

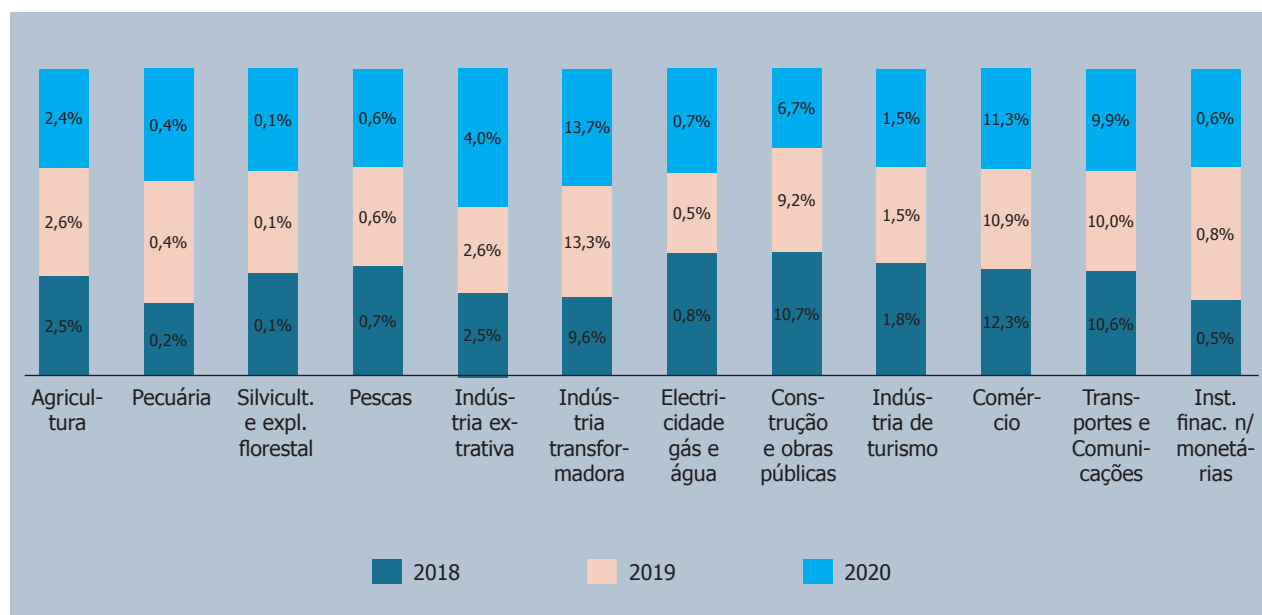
Gráfico 1: Taxa de Crescimento da Economia, Moçambique 2012-2020



Fonte: INE

A figura 2 ilustra a evolução da contribuição do sector financeiro no PIB entre 2012 e 2020. Destaca-se que os serviços financeiros permitiram uma contribuição média no PIB de 4,9% (figura 2) acima dos sectores electricidade, gás e água (2,9%), hotéis e restaurantes (1,9%), construção (1,8%), pescas e saúde e acção social (1,5%) e outros serviços (0,8%).

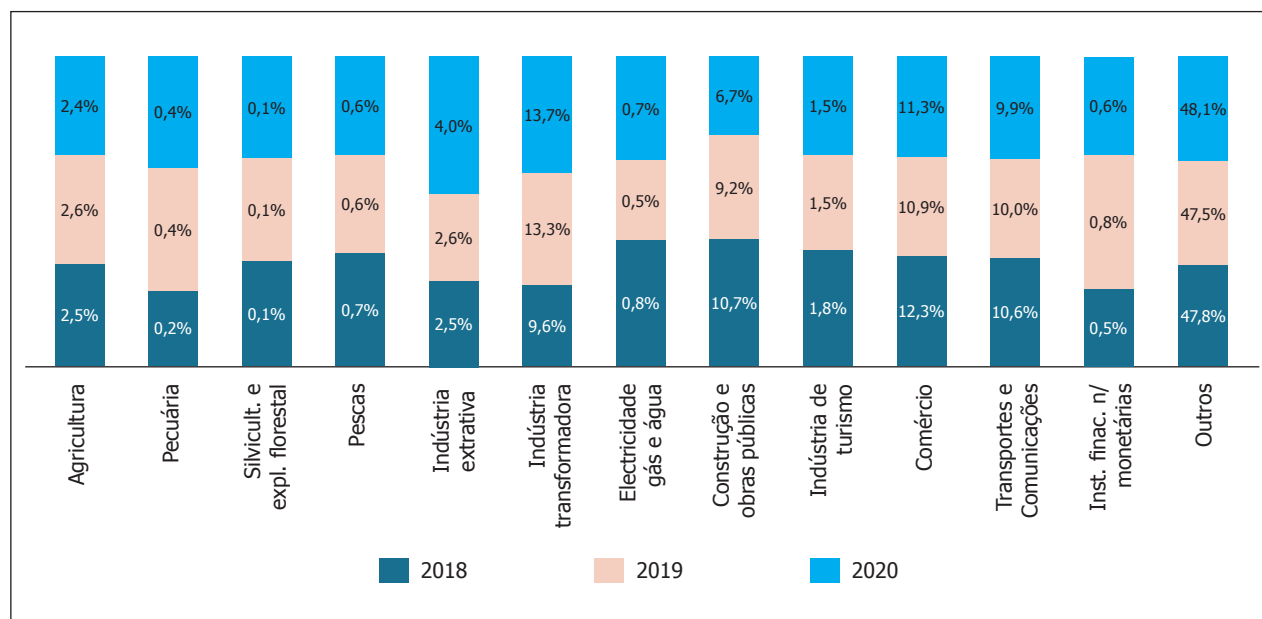
Gráfico 2: Taxa de Crescimento da Economia, Moçambique 2018-2020



Fonte: INE

No período de 2018 - 2020 (figura 3) o sistema financeiro nacional tinha maior nível médio de concentração dos créditos focado para o consumo e habitação (47,8%), seguida da indústria transformadora (12,2%), comércio (11,5%), transportes e comunicações (10,2%), construção e obras públicas (8,9%). O sector primário que emprega a maioria da população rural recebeu uma proporção menor de crédito: indústria extractiva (3,0%), agricultura (2,5%), pesca (0,6%), pecuária (0,3%), Silvicultura e exploração florestal (0,1%).

Gráfico 3: Crédito Bancário para Sectores de Actividade, Moçambique 2018-2020



Fonte: Banco de Moçambique

3.2.2. Avaliação dos indicadores de inclusão financeira

De acordo com o censo de 2017, apenas 9,2% da população moçambicana com idade de 7 anos ou mais é que possuía conta bancária sendo na sua maioria homens com 12,2%. Apenas 6,6% das mulheres possuem uma conta bancária. A maior parte desta população vive nas zonas urbanas com maior nível de concentração de serviços e infraestruturas. Nas zonas urbanas, cerca de 20,7% da população com idade de 7 anos ou mais possui conta bancária. Os homens constituem a maioria dos detentores de contas bancárias, (26,1%), contra 15,8% de mulheres.

As zonas rurais apesar de concentrarem a maior parte da população moçambicana são as menos privilegiadas em termos de acesso à serviços bancários. Do total da população rural, apenas 3,2% possui uma conta bancária, contra cerca de 21% nas zonas urbanas (Quadro 7), destacando-se os homens (4,7%) e as mulheres (1,9%). De salientar que tanto nas zonas urbanas e rurais os homens possuem maior destaque na posse de uma conta bancária, podendo ser explicado por questões diversas, incluindo diferenças no acesso à oportunidades de geração de rendimento, aspectos ligados à educação e culturais, que colocam o homem como o provedor e a mulher dona de casa.

Quadro 3: Uso de Conta Bancárias por Sexo e Área de Residência (%)

Sexo	Urbana	Rural	Total
Homem	26,1	4,7	12,2
Mulher	15,8	1,9	6,6
Total	20,7	3,2	9,2

Fonte: INE, Censo 2017.

Analisando os dados sobre a posse de uma conta bancária, segundo a profissão (Quadro 7), os trabalhadores da administração pública representam o grosso da população que possui uma conta bancária com a média de 70,7%, o que corrobora o facto do Estado em Moçambique ser o maior empregador, seguindo os trabalhadores de empresas privadas (64,7%), trabalhadores de organismos internacionais (57,4%), trabalhadores de instituições sem fins lucrativos (53,2%), trabalhadores por conta própria com empregados (35,3%).

Quadro 4: Percentagem de pessoas com acesso a conta bancária, por tipo de profissão

Tipo de trabalhador	Tem conta bancaria	
	Sim	Não
Trabalhador da Administração Pública	89,1	10,9
Trabalhador das Autarquias Locais	50,2	49,8
Trabalhador de Empresa Pública	72,9	27,1
Trabalhador de Empresa Privada	64,7	35,3
Trabalhador de Cooperativa	28	72
Trabalhador de Instituição sem Fins	53,2	46,8
Trabalhador de Casa Particular	19,1	80,9
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	35,3	64,7
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	7,3	92,7
Trabalhador Familiar sem Remuneração	1,9	98,1
Trabalhador de Organismos Internacionais	57,4	42,6
Outros Trabalhadores	16,3	83,7
Total	13,7	86,3

Fonte: INE, Censo 2017.

A análise da posse de conta bancária por província (Quadro 8) indica que as províncias de Maputo e Cidade de Maputo, Gaza, Inhambane e Sofala com uma incidência de pobreza menor que 50% concentram a maioria da população bancarizada no país, enquanto que as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia registaram baixos níveis de acesso à contas bancárias pois nestas províncias a incidência da pobreza é maior que 60%, o que demonstra que altos níveis de pobreza têm sido um dos constrangimentos para as instituições bancárias operarem em determinados locais. Os dados do Censo 2017 mostram que menos de 2% da população em Moçambique tem um crédito bancário, este facto não é surpreendente, se por um lado, tomarmos em consideração os requisitos para ter acesso à um crédito bancário, e por outro, que de acordo com a última avaliação de pobreza, cerca de 50% dos agregados familiares em Moçambique tem poucos bens-duráveis.

Quadro 5: Percentagem de pessoas com conta bancária por província

Província	Tem	Não tem
Niassa	5,6	94,3
Cabo Delgado	5,4	94,6
Nampula	4,3	95,7
Zambézia	3,5	96,5
Tete	5,6	94,4
Manica	7,7	92,3
Sofala	10,7	89,2
Inhambane	10,7	89,3
Gaza	11,3	88,7
Maputo	27,9	72,1
Cidade de Maputo	36,5	63,5

Fonte: INE, Censo 2017.

Uma alternativa a existência de um banco físico é o uso da banca móvel. Em Moçambique apenas 14% da população com 7 e mais anos de idade utiliza a banca móvel. Considerando que a banca móvel é um instrumento para expandir o acesso à serviços financeiros à população mais pobre que não reúne os requisitos para ter uma conta e crédito bancários, ou mesmo a população residente em áreas recônditas, em que a banca ou às micro finanças não podem operar a baixo custo, este facto torna-se um enorme desafio para a inclusão financeira no país. Por lugar de residência, cerca de 31% da população nas áreas urbanas tem acesso à banca móvel, contra apenas 4% nas áreas rurais.

Quadro 6: Percentagem de pessoas com 7 anos ou mais de idade, com acesso à Banca Móvel, por sexo e área de residência (rural e urbano)

Sexo	Urbano	Rural	Moçambique
Homem	30,9	5,3	14,2
Mulher	22,8	3	9,8
Total	26,7	4,1	12

Fonte: INE, Censo 2017.

Pode-se concluir que a banca móvel aumentou o acesso à serviços financeiros, em lugares recônditos onde a banca ou microfinanças não chegam. O Quadro 10, abaixo, mostra a percentagem de cidadãos de 7 ou mais anos de idade, com acesso às tecnologias de informação. A população das zonas rurais tem níveis baixos de infraestruturas, incluindo a rede de energia elétrica; estradas; internet móvel, o que dificulta ao acesso aos serviços móveis como M-Pesa entre outras.

Quadro 7: Percentagem de Pessoas com Acesso às Tecnologia de Informação

Descrição	Celular		Computador		Internet	
	Tem	Não tem	Tem	Não tem	Tem	Não tem
Urbano	45	55	15	85	16,3	83,6
Rural	19,9	80,1	1,4	98,6	2	98
Moçambique	28,2	71,8	5,8	94,2	6,8	93,2

Fonte: INE, Censo 2017.

O quadro 10 mostra que apenas 28% da população tem acesso à celular, que é muito importante para ter acesso, pelo menos de forma directa à banca móvel. Destaca-se aqui o facto de menos de 20% da população nas áreas rurais ter acesso ao celular. No que se refere ao computador e internet, cerca de 6% e 7% da população, respectivamente, tem acesso. O que mostra que persistem desafios nas áreas rurais e urbanas, tanto para o acesso à conta bancária, assim como para a banca móvel. Um dos aspectos é que as operações de movimento de dinheiro a nível das contas móveis estão condicionadas pelo nível de cobertura e de penetração das redes de telefonia móvel a qual elas estão relacionadas.

De acordo com INCM, a taxa de penetração móvel é o percentual de clientes atingidos em relação a todos os potenciais clientes do mercado. Conforme a figura 4 ilustra, o nível de penetração móvel em 2015 foi de 78,24% contra os 0,94% de 2002.

Gráfico 4: Taxa de Penetração Móvel



Fonte: INCM

Em 2019 a Vodacom detinha a maior quota de mercado de telefonia móvel, com cerca de 49% dos subscritores correspondente a 7 221 033 subscritos do total de 13 777 638 subscritos, justificada pelos investimentos em tecnologia de ponta como 4.5G. A cobertura territorial da telefonia móvel segundo os relatórios do INCM de 2020 mostram que todos os 154 Distritos estão cobertos pela telefonia móvel, dos 408 Postos Administrativos, um único Posto Administrativo não está coberto (Tete – 01) e das 1 131 Localidades, 434 Localidades não estão cobertas. As localidades não cobertas distribuem-se pelas seguintes províncias: Província de Maputo, 17, Gaza, 38, Inhambane, 25, Sofala, 38, Manica, 48, Tete, 64, Zambézia, 82, Nampula, 71, Cabo Delgado, 39 e Niassa, 12.

A faixa etária entre 15 a 39 anos de idade registou segundo o Censo 2017, maiores níveis de uso de outros serviços financeiros o M-pesa e Mkesh, facto que pode ser justificado por possuir maior acesso e conhecimento das tecnologias de informação. Esta faixa representa cerca de 50% da população moçambicana e é a que mais se encontra empregue ou com iniciativa empresarial.

A maior parte da população que trabalha por conta própria, trabalhador de casa particular, trabalhador familiar sem remuneração, tem pouco ou não tem acesso a conta móvel, ou níveis baixos ou não tem acesso a conta bancária.

Quadro 8: Percentagem de pessoas com acesso a conta M-pesa, Mkesh, por tipo de profissão

Tipo de trabalhador	Tem conta móvel	
	Sim	Não
Trabalhador da Administração Pública	66,5	33,55
Trabalhador das Autarquias Locais	44,8	55,25
Trabalhador de Empresa Pública	58,1	41,95
Trabalhador de Empresa Privada	56,8	43,23
Trabalhador de Cooperativa	33,5	66,52
Trabalhador de Instituição sem Fins	45,5	54,47
Trabalhador de Casa Particular	34,1	65,95
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	34,6	65,41
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	9,8	90,22
Trabalhador Familiar sem Remuneração	1,9	96,35
Trabalhador de Organismos Internacionais	31,3	68,75
Outros Trabalhadores	20,9	79,13
Total	14,8	85,25

Fonte: INE, Censo 2017.

3.2.3 Determinantes da Inclusão Financeira em Moçambique

Para análise dos determinantes da inclusão financeira em Moçambique, utilizou-se o modelo de regressão *Probit*, e as variáveis analisadas são binárias, “tem conta bancária e banca móvel”, levando o valor 1 para o caso de terem e 2 caso contrário.

Os resultados mostram que não ter uma ocupação formal, está, significativamente, relacionado com o facto de não ter uma conta bancária, ao passo que ter uma ocupação formal ou não, não afecta o facto de a pessoa ter acesso a uma conta na banca móvel.

No que diz respeito à idade, pode-se ver que ser idoso em Moçambique está relacionado com menor probabilidade de ter uma conta bancária em relação a outras idades. Pessoas dos 7 aos 17 anos possuem 4,5% de probabilidade de ter conta bancária, comparando com um indivíduo de 60 ou mais anos de idade. O comportamento similar ocorre nos grupos de 18 a 24 anos, bem como no de 25 a 29 anos de idade, que corresponde a idade activa.

Quadro 9: Dados da Regressão Probit

<i>Probit</i>	Têm conta bancária		Banca móvel	
	Coeficiente	Desvio Padrão	Coeficiente	Desvio Padrão
Sexo do chefe (Mulher =1)	-0,0667	-0,0574	0,000888	-0,0331
Sexo (Mulher =1)	0,0228	-0,0531	0,00167	-0,03
Ocupação (Informal = 1)	-0,154**	-0,0661	0,0297	-0,0448
Idade (7 – 17)	0,445***	-0,126	0,146*	-0,0777
Idade (18 – 24)	0,452***	-0,106	-0,0862	-0,0666
Idade (25 – 59)	0,219***	-0,0811	-0,0169	-0,0623
Niassa (Norte)	-0,432***	-0,157	0,0467	-0,0869
Cabo Delgado (Norte)	-0,191	-0,171	0,0255	-0,0779
Nampula (Norte)	-0,443***	-0,135	-0,00234	-0,067
Zambézia (Centro)	-0,206	-0,151	0,0943	-0,0706
Tete (Centro)	-0,346**	-0,149	0,0498	-0,0787
Manica (Centro)	-0,442***	-0,143	0,052	-0,0799
Sofala (Centro)	-0,439***	-0,134	-0,0204	-0,0707
Inhambane (Sul)	-0,485***	-0,142	-0,0555	-0,0757
Gaza (Sul)	-0,341**	-0,153	0,108	-0,0808
Maputo Província (Sul)	-0,116	-0,136	0,0495	-0,0651
Urbano	0,0537	-0,0657	0,0527	-0,0403
Educação (Sem nível)	0,205	-0,133	0,145*	-0,0779
Educação (Ensino Primário)	0,119	-0,12	0,197***	-0,0739
Educação (Ensino Secundário)	-0,0679	-0,106	0,204***	-0,0712
Electricidade	0,0463	-0,075	0,0144	-0,0501
Fonte de água	0,136**	-0,0677	0,0449	-0,0338
Telefone celular	-----	----	0,0423	-0,0376
Parede	-0,0558	-0,0695	-0,0341	-0,0402
Pavimento	0,0879	-0,0876	0,0248	-0,0513
Cobertura	0,0161	-0,0816	0,0083	-0,0423
Saneamento	-0,0176	-0,0609	0,00723	-0,0341
Constante	3 392***	-0,217	2 733***	-0,125
Observações	513 558		502 220	

Fonte: INE, Censo 2017.

Como demonstrado no perfil, viver na Cidade de Maputo, está significativamente, associado ao facto de ter uma conta bancária, enquanto uma pessoa que vive em Nampula tem -3% de oportunidade de ter uma conta bancária em relação a uma pessoa na Cidade de Maputo. As maiores probabilidades de não ter conta, comparativamente, à uma pessoa da Cidade de Maputo, verifica-se em Inhambane (4,8%), Nampula (4,4%), Sofala (4,4%) e Manica (4,4%).

Surpreendentemente, o facto de viver em uma área urbana ou rural, bem como o nível de educação do chefe do agregado familiar não tem uma relação, estatisticamente, significativa com o facto de ter uma conta bancária ou não. No entanto, nota-se que existe uma relação estatisticamente significativa entre a educação do chefe do agregado familiar e o facto da pessoa ter acesso à uma conta de banca móvel ou não.

De uma forma específica, nota-se que as variáveis ligadas a tipo de habitação que a pessoa possui, como tipo de parede, pavimento, cobertura, saneamento e electricidade, não são significativas para ter uma conta bancária e nem para ter acesso a banca móvel.

Por fim, o facto de ter telefone celular, não influencia, significativamente, o facto de ter acesso a banca móvel ou não, como vimos no perfil acima, das pessoas que tem telefone celular, apenas 36% tem acesso a banca móvel.

4. CONCLUSÕES

Este estudo tinha como objectivo principal explorar a situação de inclusão financeira em Moçambique, tendo como base o Censo da população de 2017. Especificamente, o trabalho procurou: (i) Descrever a situação de indicadores seleccionados de Inclusão Financeira de Moçambique, com base no Censo da população de 2017; (ii) baseado no mesmo censo,

investigar os determinantes da inclusão financeira em Moçambique; (iii) Sugerir alternativas de política para acelerar a inclusão financeira dos grupos sociais mais vulneráveis. Depois da revisão de literatura e da análise de perfis, feito com recurso ao pacote estatístico STATA, o estudo estimou um modelo probit que explora os determinantes da exclusão financeira em Moçambique.



Moçambique registou progressos assinaláveis na promoção da agenda de inclusão financeira, em consequência da implementação de diversos instrumentos de política, de entre os quais destacam-se: (i) a Estratégia de Bancarização da Economia de 2007 que tinha como o objectivo a expandir a actividade bancária e financeira nas áreas rurais, (ii) a Estratégia de Finanças Rurais (EFRs) de 2011, com o objectivo geral de fortalecer a economia distrital através da promoção do aumento da poupança e crédito nacional e expandir os serviços financeiros a escala nacional, (iii) a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSFM) 2013-2022, de 2013, com objectivo de melhorar o acesso aos serviços financeiros e apoio ao crescimento da inclusão financeira, (iv) a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, de 2016.

De 2005 a 2019 o nível de inclusão financeira em Moçambique (IIF) aumentou em 56,1%, mas ainda prevalecem desafios no que diz respeito ao acesso no meio urbano e rural e entre os grupos sociais mais vulneráveis, jovens, mulheres, trabalhadores por conta própria. De acordo com o Censo de 2017, apenas 9,2% da população moçambicana com idade de 7 anos ou mais é que possuía conta bancária sendo na sua maioria homens com 12,2%. Apenas 6,6% das mulheres possuem uma conta bancária. A maior parte desta população vive nas zonas urbanas com maior nível de concentração de serviços e infraestruturas. Nas zonas urbanas, cerca de 20,7% da população com idade de 7 anos ou mais possui conta bancária. Os homens constituem a maioria dos detentores de contas bancárias, (26,1%), contra 15,8% de mulheres.

As zonas rurais, apesar de concentrarem a maior parte da população moçambicana, são as menos privilegiadas em termos de acesso à serviços bancários. Do total da população rural, apenas 3,2% possui uma conta bancária contra cerca de 21% nas zonas urbanas (quadro 7), destacando-se os homens (4,7%) e as mulheres (1,9%). De salientar que tanto nas zonas urbanas como nas rurais os homens destacam-se na posse de conta bancária, podendo ser explicado por razões diversas, incluindo diferenças no acesso a oportunidades de geração de rendimento, aspectos ligados à educação e cultura, que colocam o homem como o provedor e a mulher dona de casa.

Os dados do Censo de 2017 indicam ainda que a probabilidade de fazer uso dos serviços financeiros é maior entre os mais jovens. Diminui com a idade. Aumenta entre o pessoal com empregos no sector público, no sector formal privado, nas Organizações da Sociedade Cível e diminui entre os que se encontram em actividades precárias, trabalhadores por conta própria e pessoas sem remuneração reportada.

A expansão dos serviços ligados à contas móveis permitiu alargar o acesso aos serviços financeiros tanto no meio urbano, como no meio rural. Os serviços ligados à contas móveis, facilitaram também a penetração de segmentos de mercado excluídos dos serviços financeiros tradicionais. Mas o principal beneficiário deste processo são os mais jovens, com acesso a rendimentos, sobretudo no meio urbano e nas principais vilas.

Os resultados do modelo Probit estimado indicam que a posse de emprego formal, a residência na Província de Maputo e o nível de educação do chefe de agregado familiar explica significativamente a probabilidade de se ter uma conta bancária ou móvel.

Enquanto os dados do censo permitem ter uma ideia do lado da predisposição para depósitos por via da manutenção de contas bancárias no sistema financeiro, são menos informativos sobre uma variável importante no bem-estar das famílias que é o seu nível de endividamento. Este nível que vem crescendo nos últimos tempos determina o tipo de constrangimentos de liquidez das famílias e a maneira como elas vão tirar vantagens das oportunidades existentes na economia, para investimentos e poupanças ao longo do tempo.

Para futuros Censos sempre que possível seria importante: (i) buscar dados não só sobre depósitos como também sobre o nível de endividamento das famílias; (ii) levantar indicadores relativos a formas alternativas de acumulação de património, redes de segurança social e protecção contra diversos riscos, incluindo os associados a eventos climáticos severos, os de morte, da perda de rendimento; e perda de emprego; e (iii) colectar indicadores relativos a educação financeira dos agregados familiares.

5. REFÊRENCIAS

- Batista, Cátia e Vicente, Pedro. 2017. Introducing Mobile Money in Rural Mozambique: Initial Evidence from a Field Experiment.
- Joseph E. Stiglitz and Andrew Weiss. Jun 1981. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information.
- Berthoud, R. and Kempson, E. (1992) Credit and debt: The PSI Report, London: Policy Studies Institute.
- Copestake, J. (2002). 'Inequality and polarising impact of microfinance: evidence from Zambia's copperbelt'. Journal of International Development, 14: 743-755.
- Finmark Trust. 2014. Financial Inclusion in the SADC region.
- Klapper, L., Laeven, L. Rajan, R. (2006). 'Entry regulation as a barrier to entrepreneurship' Journal of Financial Economics, 82, pp. 591—629.
- Kempson, Elaine&Atkinson, Adele.2004. Policy Level Response to Financial Exclusion in Developed Economies: Lessons for Developing Countries.
- Kempson, E. and Whyley, C. (1999). 'Kept out or opt out? Understanding and combating financial exclusion', Bristol, Policy Press.
- Keynes, John Maynard (1930/2010). treatise on money: pure theory of money vol. i. 1930/2010.
- INCM (2013 – 2019). relatório regulação das comunicações.
- João Guilherme Magalhães Timotio, 2018. ensaios sobre inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico regional brasileiro
- Olaniyan, Evans & Babatunde, Adeoye.2016. Determinants of financial inclusion in Africa: A dynamic panel approach. sadc. 2021. sadc financial inclusion subcommittee
- Sanderson et al. 2018. A Review of Determinants of Financial Inclusion in sub-Saharan Africa: Evidence from disaggregated data.
- Schumpeter, Joseph A. The theory of economic development. Cambridge. MA: Harvard, 1934/2010.
- Soraya Coscione. 2008. Sistema Financeiro Moçambicano: Efeitos da Restruturação na sua Competitividade e Eficiência
- Theobald, Stuart e Zwart, Sanne. 2018. European Investment Bank. Banking in Africa: Delivering on Financial Inclusion, Supporting Financial Stability.
- Tita, Anthanasius e Aziakpono, Meshach. 2017. The effect of financial inclusion on welfare in.
- Thorsten Beck, Asli Demirguc-Kunt & Ross Levine. 2004. Finance, Inequality, and Poverty: Cross – Country Evidence. Working Paper 10979. <http://www.nber.org/papers/w10979>. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

